



ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA SOBRE FORTALECIMENTO DA PROPORCIONALIDADE PENAL DO COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAS DO AMAZONAS

Data: 30 de abril de 2025

Horário: 10h00

Local: Plataforma virtual e presencial – Sala do GMF/TJAM (Fórum Ministro Henocho Reis)

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, reuniram-se, de forma híbrida, os membros da Câmara Temática sobre Fortalecimento da Proporcionalidade Penal, como parte da estrutura de governança do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas, com a finalidade de debater, sistematizar diagnósticos e propor medidas para a elaboração do Plano Estadual Pena Justa.

A reunião foi conduzida pelo juiz colaborador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM) e coordenador da Câmara Temática, Dr. **Glen Hudson Paulain Machado**, com participação com suporte da assistente técnica estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), **Luanna Marley**, bem como dos integrantes da Secretaria Executiva do Comitê, **Fernanda Priscilla Pereira Calegare** e **Belchior Rodrigues**

Estiveram presentes na reunião os(as) senhores(as): Matheus da Rocha, Diretor do Centro de Operações e Controle (COC/SEAP); Jean Carlo Oliveira, Diretor da Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais (CIAPA/SEAP); Diêgo Luiz Castro Silva, Defensor Público do Estado do Amazonas; Belchior Rodrigues, Coordenador do Grupo de Intervenção Penitenciária (GIP/SEAP); Fabrício Raposo, Diretor da Unidade de Processamento Judicial da Vara de Execução Penal do TJAM; Fábio Lopes Alfaia, juiz de Direito representante da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas; Daniel Amazonas, Promotor de Justiça do Estado do Amazonas; Priscila Serra, Presidente do Coletivo Entre Elas; Ana Maria da Silva, servidora colaboradora do GMF/TJAM; Giese Jannurzi, servidora da vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas (VEMEP/TJAM). Na modalidade remota,



participaram os(as) senhores(as): Jaime Pires da Costa Junior, servidor colaborador do GMF/TJAM e da VEMEPA/TJAM; Meiry Coelho, Assessora Técnica Territorial da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas no Amazonas e Alessandrine Silva, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-AM.

A abertura trouxe uma contextualização geral sobre o Plano Pena Justa e seus quatro eixos estratégicos, com ênfase no Eixo 1, que trata do controle da porta de entrada e racionalização das vagas no sistema prisional — eixo diretamente vinculado à presente Câmara.

Foi destacada a necessidade de enfrentamento à superlotação carcerária e à seletividade penal, com foco em ações que promovam o uso racional da prisão, a aplicação de medidas cautelares e penas alternativas, e o fortalecimento das audiências de custódia, das varas de garantias e dos serviços penais como as Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centro de Operações e Controle (monitoramento eletrônico), Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC).

Os(as) participantes apresentaram um panorama crítico sobre diversas práticas que impactam negativamente a proporcionalidade penal no estado, com destaque para os seguintes pontos: a) **Central de Regulação de Vagas:** Constatou-se que a lógica de funcionamento precisa ser qualificada. A vaga deve corresponder a uma unidade prisional com condições reais de oferta de serviços (saúde, alimentação, segurança, trabalho), nos moldes de uma “vaga assistida”. A simples existência de leitos não configura uma vaga regularizada. Foi apontada a ausência de um sistema eletrônico para gestão dessas vagas no Amazonas. Foi reforçado que a implementação da Central de Regulação de Vagas segue o que for estabelecido e pactuado junto ao Conselho Nacional de Justiça, uma vez que este fornecerá a metodologia e as etapas; b) **Audiência de Custódia e Prisões Preventivas:** Houve críticas à falta de observância dos parâmetros normativos nas audiências de custódia, além das audiências de custódia por videoconferência, havendo registro de presos participando de audiências de delegacias. Mencionou-se a resistência de magistrados no cumprimento de súmulas, resoluções e recomendações do CNJ. Ressaltou-se o desafio quando às Varas de Garantias no Estado; c) **Monitoramento Eletrônico:** Embora em expansão, o serviço enfrenta limitações, como falta de estrutura no interior do estado, ausência de equipes multidisciplinares em algumas localidades e dificuldades operacionais no uso das tornozeleiras,



sobretudo por pessoas em situação de rua; d) **Cumprimento de Penas em Regime Aberto e Semiaberto**: Debateu-se a prática de executar mandados de prisão para regimes semiaberto e aberto de forma desnecessária, gerando prisões e descumprindo a Resolução CNJ nº 474/2022. A ausência de regulamentação local sobre esse tema foi apontada como grave lacuna. e) **Alternativas Penais**: Foi destacado que, embora existam ações desenvolvidas pela Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), ainda há fragilidade na interiorização dos serviços, insuficiência de equipe técnica e ausência de regulamentação estadual da Política de Alternativas Penais.

Como resultado dos debates, foram apresentadas as seguintes propostas iniciais sobre:

a) **Central de Regulação de Vagas**:

- i) a implementação da Central de Regulação de Vagas conforme estabelecido e pactuado junto ao Conselho Nacional de Justiça, uma vez que este fornecerá a metodologia e as etapas;

b) **Audiência de Custódia e Varas de Garantias**:

- i) Aprimorar a atuação dos juízes das audiências de custódia quanto à análise de prisões preventivas à luz da legislação vigente.
- ii) Adequar as Varas das Garantias com estrutura multiprofissional e pericial, conforme a Resolução CNJ nº 562/2024 e 213/2015.
- iii) Implementar protocolo junto à audiência de custódia de atenção a mulheres presas em flagrante que são responsáveis por menores de 12 anos.

c) **Monitoramento Eletrônico**:

- i) Expandir a cobertura territorial do serviço com prioridade para cidades-polo.
- ii) Assegurar a presença de equipe psicossocial e ações de orientação aos monitorados, bem como qualificar o serviço.
- iii) Integrar a monitoração com serviços de saúde e assistência social.

d) **Regime Aberto e Semiaberto**:



- i) Regulamentar no âmbito estadual a aplicação da Resolução CNJ nº 474/2022, vedando prisões para início de cumprimento de mandados regimes não privativos (semiaberto e aberto).
 - ii) Implementar fluxo unificado entre SEAP e TJAM, bem como incluir ponto do semiaberto e do aberto no âmbito da audiência de custódia da capital, para as pessoas iniciarem o cumprimento dos seus regimes aberto ou semiaberto, ainda no Fórum Ministro Henoch Reis.
- e) **Alternativas Penais:**
- i) Propor envio à Assembleia Legislativa de minuta de lei estadual de alternativas penais.
 - ii) Expandir a CIAP para o interior, priorizando comarcas com maior fluxo processual. Assegurando equipe mínima (psicólogo, assistente social, coordenador) em cada unidade.
- f) **Formação e Capacitação:**
- i) Promover formação continuada de magistrados, promotores, defensores e policiais sobre enfrentamento à seletividade racial, atualizações quanto às audiências de custódia, proteção social e enfrentamento à tortura.

Ficou pactuada a realização de nova reunião da Câmara Temática no dia **16 de maio de 2025**, às 10h, com o objetivo de aprofundar os diagnósticos a partir de medidas específicas do Plano Nacional, sistematizar propostas já debatidas e iniciar o preenchimento da matriz estadual com metas, medidas e indicadores correspondentes. A Secretaria Executiva se comprometeu a disponibilizar modelo de matriz com as medidas e metas do Eixo 1, em formato de mapa mental, para facilitar a análise prévia por parte dos membros. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada com agradecimentos e reforço do compromisso coletivo com a construção de um plano efetivo e garantidor de direitos.



Manaus-AM, 30 de abril de 2025.

Glen Hudson Paulain Machado
Coordenador da Câmara Temática

Luanna Marley de Oliveira
Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

Fernanda Calegare
Secretária do GMF/TJAM

Belchior Marcos Rodrigues
Servidor da SEAP-AM